

# A Inocência e o Vício: Estudos Sobre o Homoerotismo

J. FREIRE COSTA

Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2ª ed., 1992, 195p.,  
ISBN: 85-85427-17-5



A

exemplo de seus trabalhos anteriores,<sup>1</sup> Jurandir Freire Costa não se revela um psicanalista que se acomodou na repetição dos postulados freudianos, em vista de situar a psicanálise como mais uma produção cultural. A preocupação do autor em elucidar por quais vias perpassa o discurso psicanalítico; verifica-se em suas obras, pelo exemplo da noção freudiana de perversão. Na elaboração desse conceito, Freud teria se contaminado com o preconceito psiquiátrico do século XIX.

Apoiando-se em uma visão psicanalítica na qual as idéias, funcionando como instrumentos de ação, só têm validade se produzem efeitos práticos, Costa considera que a noção de homossexualidade como perversão é indefensável. Indefensável pela impossibilidade da existência de uma estrutura homossexual definida.

O autor demonstra que, ao utilizarmos o termo *homossexualismo*, nos vemos implicados no constructo histórico-ideológico-político-econômico-libidinal burguês do século XIX, o qual caracteriza a humanidade como dividida em hetero e homossexuais, correlativo à normal/patológico, que transforma as vivências da experiência sexual desses sujeitos em desvio de personalidade. Remete à construção histórica a figura imaginária do homossexual como uma modalidade do humano (ou desumano) com perfil psicológico único. Falar de homossexualidade é falar de uma personagem imaginária que teve historicamente a função de ser a antinorma do ideal de masculinidade burguês.

DANIELA MAULE BALBUENO  
Psicóloga pela UNIMEP  
dbalbueno@yahoo.com.br

<sup>1</sup> *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; *Psicanálise e Contexto Cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; entre outros.

Costa faz um adendo sobre a produção de subjetividade e a linguagem em uma explanação sobre a carga significativa do vocabulário deste século enquanto **prática lingüística que engendra a produção de subjetividade**. Aponta que a tarefa da linguagem não é a de *representar*, como defende a psicanálise, mas criar laços discursivos que produzam subjetividades, o que justifica a escolha do termo *homoerotismo* ao se referir a indivíduos homoeroticamente inclinados, em contraposição ao corrente termo *homossexualismo*. Analisa qual a ligação da homossexualidade com o problema da Aids: o preconceito sexual que advém da associação da doença aos homoeroticamente inclinados contém significados históricos criados pela linguagem, que passam por diversas conotações. Podemos visualizá-las no discurso médico como *anomalia*; no psiquiátrico como *neurose*; no psicanalítico como *perversão*; no senso comum como *indecência*. Esses discursos incidem na moral desses sujeitos e refletem na maneira como lidam com o contágio da Aids.

Essas etiquetas, atreladas aos sujeitos, garantem o direito da maioria (heterossexuais) sobre a minoria no que tange às regras e normas estabelecidas no imaginário social de felicidade (ou satisfação) sexual e afetiva. O homoerotismo é, portanto, uma questão de prática lingüística: não existe objeto sexual instintivamente adequado. Não há como medir ou classificar quem é, ou não, mais ou menos homossexual.

No primeiro capítulo, Costa demonstra que, após a primazia dada à composição da família e a divisão e expansão dos bens, aquilo outrora tido como um *vício* que não tinha nome, transformou-se em um amor que não ousa dizer seu nome pelo medo da exclusão, da condenação de Deus ou dos homens. Ao iniciar o estudo histórico na literatura do século XIX sobre o erotismo, o autor sinaliza que o homossexual era instrumento de denúncia social: por exemplo, a obra de Balzac revela o homossexual *marginal* na luta contra o preconceito, figura que, ao servir de apoio ao contemporâneo movimento *gay* corre o risco de universalizar a identidade dos homoeroticamente inclinados, não idêntica a que conhecemos em qualquer tempo ou espaço.

No segundo capítulo, Costa se atém aos impasses da ética naturalista de Gide na fundamentação da vida moral: o imoral é anti-natural. Se a natureza segue sempre seu curso natural, fugir a essa tendência é vício e doença, o que em outros tempos significava crime. A ideologia que atravessa o pensamento de Gide é a de afirmar a superioridade do liberalismo burguês; o homossexual é o parasita, dispensável lugar fantasmagórico de *outro* do homem normal.

O autor continua sua exposição apontando que o ideal moral associado às práticas sexuais nem sempre esteve ligado à relação conju-

gal, como na Grécia Clássica na qual imperava moralmente as relações pederásticas como modelo de satisfação sexual. Após a expansão da moral cristã no emburguesamento das relações, a ética sexual se consolidou, no imaginário social, na conjugalidade, o que é patente na fala dos homens adultos que procuraram análise com a queixa de homossexualismo.

Como clínico, Costa observa a teoria psicanalítica de perversão nos pontos em que se contradiz. Atenta que a concepção da perversão ligada às inclinações homoeróticas está sujeita a uma dupla crença: a da existência de um homossexualismo definido e a de que todo tipo de homossexualismo é perversão. Para o autor, Freud se “contaminou” com a idéia psiquiátrica e preconceituosa de seu momento histórico e não defende a conceituação por não haver uma teoria sobre o fenômeno que seja coerente: nem o efeito da autonomia das pulsões parciais frente ao primado genital, nem uma falha identificatória na travessia do Édipo, nem tampouco a posição subjetiva de desafio e transgressão à lei da castração, ou ainda a recusa em aceitar a diferença dos sexos são elementos específicos da chamada perversão: podemos encontrá-los em outras estruturas clínicas como neuroses e psicoses.

No capítulo que se segue, Costa afirma que Gide e Proust em seus textos confirmam a idéia de que a humanidade se divide em heterossexuais e homossexuais. O autor comenta nas obras de Proust a linguagem da *inocência* e do *vício*. No seu capítulo último, parte de um olhar de perceber como os indivíduos se rotulam. Explicita que a identidade sexual dos sujeitos da pesquisa são apreensões da cultura. Distingue, a partir de outros autores, os quatro estágios de aquisição dessa identidade, ressaltando que nem todo indivíduo obrigatoriamente chega ao último. Resumidamente os estágios são os seguintes: sentir-se diferente; dar sentido (significado) a essa diferença; reconhecer-se pelo outro e postumamente ter aceitação de si mesmo.

Nas entrevistas o autor constata que independente da educação dos sujeitos, estes sempre se confrontam com a desaprovação da inclinação sexual. Se a educação é liberal, a desaprovação é de ordem natural. Segundo ele, na parceria homoerótica pesquisada não se encontrou um vocabulário de expressão amorosa comum aos heterossexuais. O indivíduo homoeroticamente inclinado acata a interdição da maioria se sentindo “sujo” e usurpador ao apropriar-se do vocabulário dessa maioria. Assim, o homoerótico está fadado a não poder se candidatar ao ideal do amor romântico e conjugal.

Nota também que a prática sexual masculina por si já carrega a identidade do sujeito de aspectos afeminados. Não há relação entre

homens na qual estes possam ser identificados como tais. A desvalorização da relação homoerótica se encontra na incapacidade de reprodução. Constata ainda que a diversidade de práticas, conduta e desejos homoeróticos revela que não há homogeneidade de respostas frente à Aids.

A diversidade de realidades afetivas e sexuais declara que o termo homossexual estigmatiza condutas e desejos por tais realidades se afastarem do código moral dominante. A identidade *gay*, que promove ao indivíduo rotulação positiva de sua conduta, permite respostas diante do risco da Aids. Aqueles que se identificarem com a ideologia do agressor não estão habilitados a perceber que não fazem fronteira com a normalidade da conduta sexual.

O autor separa os indivíduos que, identificados com as regras morais oitocentistas, apresentaram preconceito como proteção contra o risco de contágio, pois o risco da Aids seria a revelação de suas identidades. Aqui o próprio preconceito é aliado na resguarda contra a Aids. O outro grupo seria aquele que se protege contra o preconceito e se inclui na identidade *gay* como modelo de identidade estratégica de resistência, que, apesar de reforçar a idéia de existência de uma identidade homossexual, ao combater a Aids se protegendo do risco está ao mesmo tempo lutando a favor do direito de livre expressão social do homoerotismo.

Nos outros indivíduos, a realização do projeto do eu ideal está afastada. O uso da proteção contra a Aids é um estorvo ou não faz sentido. Ao contrário, o incluído na identidade *gay* utiliza de recursos aos quais a preservação da vida é aliada pela luta na possibilidade de expressão e satisfação sexual.

Aos psicoterapeutas e analistas sugere-se que observem os sujeitos que procuram análise, queixando-se de homossexualismo, como indivíduos inseridos em um determinado contexto histórico-econômico-político-libidinal e/ou quantas ordens mais estiverem atravessadas em suas queixas. Ou a atuação clínica pode tornar-se dispositivo de controle do *status quo*, na medida em que se torna sistema reprodutor de ideologia colocando o inconsciente enquanto fator individual, como isentor dos problemas socioeconômicos, podendo ser agente docilizador dos sujeitos.

Sabendo que a subjetividade é um efeito das práticas lingüísticas e do sujeito pertencente a essa rede lingüística, torna-se inconcebível ao terapeuta uma prática que pretenda encaixar o paciente sob um modelo ou estrutura de personalidade. Dessa maneira, avaliar de modo maniqueísta se o sujeito é perverso ou não, dentro das possibi-

lidades de satisfação sexual, é utilizar de psicanalismo, descontextualizando a vivência de cada sujeito como se este apresentasse uma estrutura comum a todos.

